



EXERCÍCIO 2.

REVISÃO E EXPANSÃO DO PLANO DE MANEJO:  
PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ

AUP0662 - PLANEJAMENTO DA PAISAGEM

Amanda Yumi Hayashi Vitória | 11237398

Ana de Almeida Kuhl | 4583760

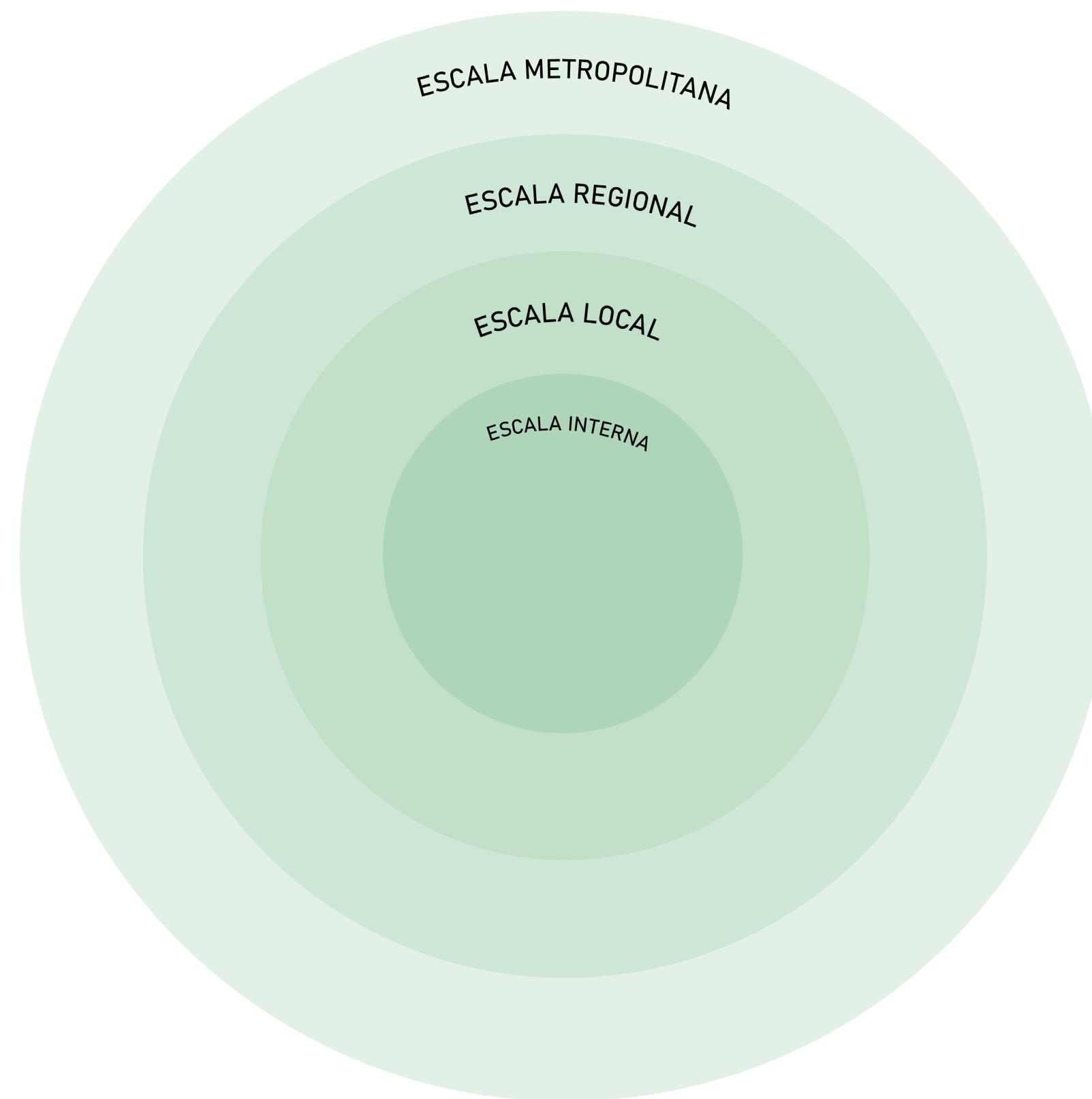
Gabriel Ferreira Licastro | 11237443

Luiza Mendonça Martins | 10300921

Rodrigo de Azevedo Torrecilha | 11300475

# 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho propõe-se a revisão parcial do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá, tendo em vista as múltiplas escalas na qual a Unidade de Conservação está inserida, e, especialmente, as potencialidades paisagísticas, territoriais, ambientais, recreativas e patrimoniais. Deste modo, foram definidas quatro diferentes escalas inter-relacionadas a fim de apontar diretrizes, proposições e instrumentos cujo objetivo extrapola os limites do PEJ. São elas: Escala Interna (dentro dos limites do Parque Estadual do Jaraguá); a Escala Local (compreendendo principalmente o território definido pela Via Anhanguera, a Rodovia dos Bandeirantes e o Rodoanel Mário Covas); a Escala Regional (abrangendo todo o Arco Noroeste da cidade de São Paulo, incluindo partes de Osasco); e a Escala Metropolitana (entendida a partir da interação de múltiplos municípios na parte norte da Região Metropolitana de São Paulo).



Esta revisão foi pensada a partir dos planos vigentes atualmente em diversos âmbitos governamentais, nos órgãos de preservação ambiental, planejamento urbano e cooperação metropolitana; além de leituras próprias a partir dos materiais apresentados em palestras e fontes ao longo da disciplina. O grupo decidiu partir do reconhecimento dos limites do Parque Estadual do Jaraguá, chegando em um entendimento territorial na escala metropolitana que consolidou as análises. O resultado dessas análises múltiplas foi consolidado em um livreto de diagnóstico que orientou a criação deste livreto propositivo, principalmente pela definição de Unidades de Paisagem.

## 2.1 GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ

DIRETRIZES



Incentivo ao ecoturismo e à educação ambiental;



Promoção da preservação da mata atlântica remanescente e sua biodiversidade;



Potencializar a conservação das áreas verdes na zona noroeste do município, bem como sua integração aos demais remanescentes de mata;



Respeito aos povos indígenas, garantindo a manutenção dos seu modo de vida na área;



Implementação da Gestão Participativa, associando a participação da instância estadual, das lideranças indígenas bem como da comunidade local.

PROPOSTAS

### Unidade de Conservação e Proteção Integral

Expansão do Perímetro de Preservação para uma área de 720ha, ocupando a área entre rodovias; Articulação da unidade de preservação com a terra indígena declarada, protegendo as tekoas e suas áreas de influência; Promoção de maior preservação de espécies nativas no perímetro a fim de contribuir para a integração do PEJ com os focos de Mata Atlântica adjacentes.

### Área Parque e Estação Ecológica

Consolidar a área turística do PEJ como uma área de Parque e Estação Ecológica; Ampliar oferecimento de infraestrutura para a promoção do ecoturismo. Promover oficinas que visem a educação ambiental dos visitantes, objetivando a conscientização; Fomentar a realização de atividades comunitárias no âmbito da sustentabilidade.

### ATUALMENTE

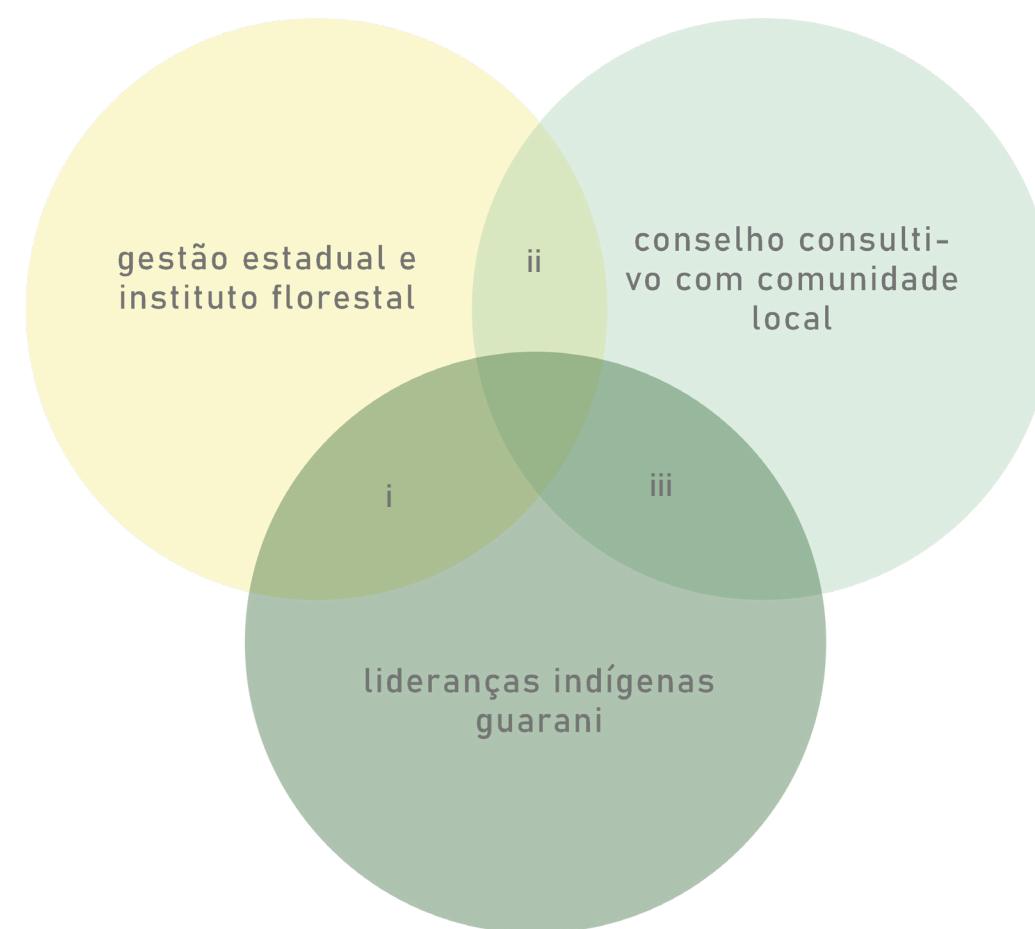
SNUC - O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985/00)

PEJ - Parque Estadual Jaraguá (Decreto 38.391/61)

Área Total:  
492,67 ha

Proteção  
Integral

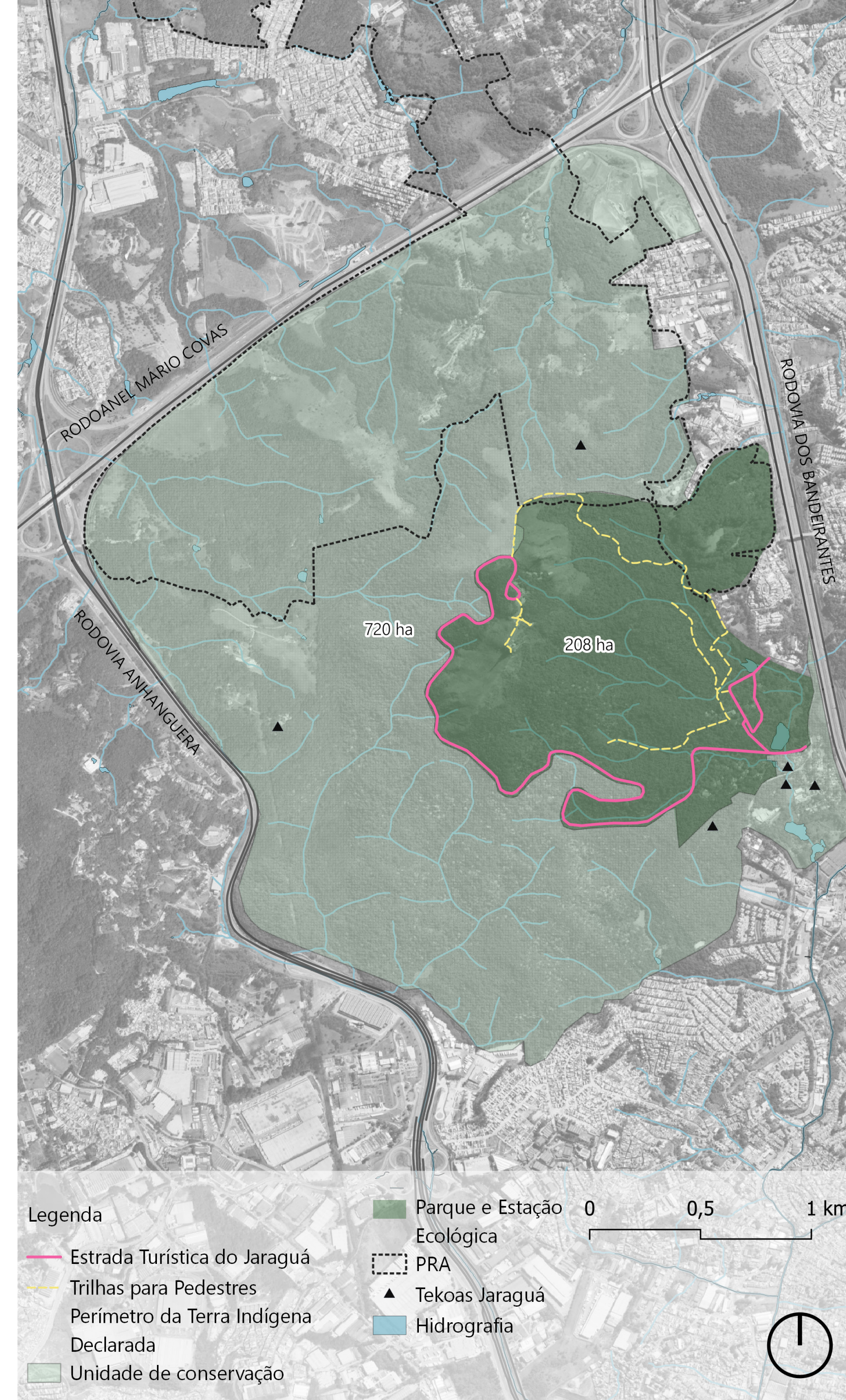
Gestão  
Estadual



i. Consolidar gestão conjunta dos bens naturais do PEJ respeitando o uso da terra indígena

ii. Garantir infraestrutura para promoção do ecoturismo bem como interação com sociedade

iii. Defesa dos direitos dos habitantes indígenas da região, bem como atendimento ao lazer e cultura da comunidade



Legenda

- Parque e Estação Ecológica
- Estrada Turística do Jaraguá
- Trilhas para Pedestres
- PRA
- ▲ Tekoas Jaraguá
- Hidrografia
- Unidade de conservação
- Perímetro da Terra Indígena Declarada

0 0,5 1 km



## 2.2 ECOTURISMO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO

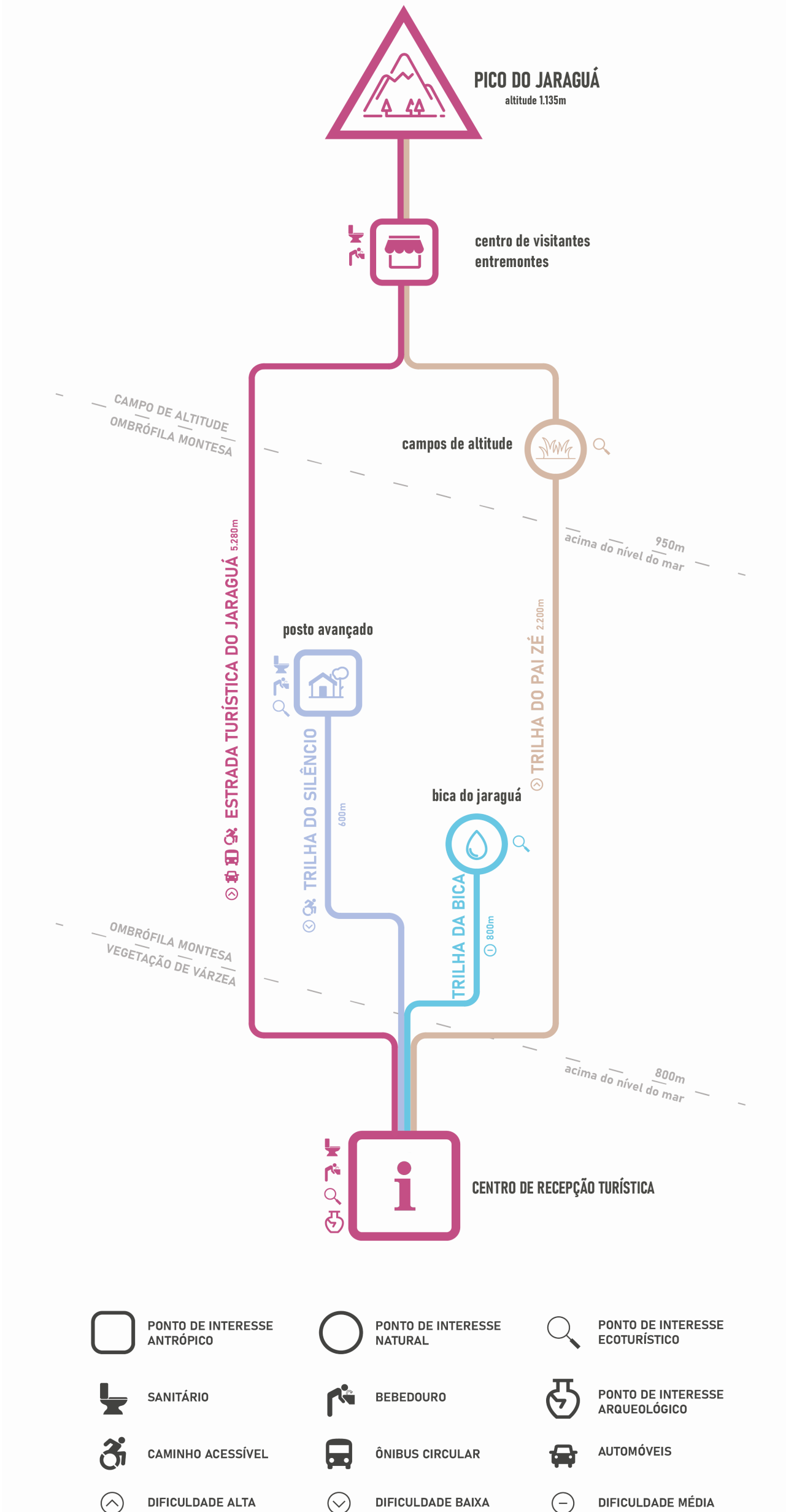
A importância do PEJ como local de lazer pode ser sentida tanto na escala local como regional, fazendo com que ele seja um polo de atração expressivo, principalmente aos finais de semanas. Balancear as duas atribuições do parque - preservação e lazer, é fundamental para que a gestão seja bem sucedida nos campos da administração ambiental, paisagística, recreativa e patrimonial-cultural.

DIRETRIZES

- Otimização da infraestrutura turística do parque;
- Acompanhamento de ciclos bióticos nos mais diversos ambientes encontrados no Jaraguá;
- Consolidação do PEJ como instrumento de conscientização ambiental na escala regional e metropolitana;
- Reconhecimento do parque e áreas envoltórias como espaço de acumulação histórica e patrimônio coletivo;
- Universalização do acesso ao parque na medida do aconselhável

PROPOSTAS

- Organizar os ambientes bióticos presentes no PEJ, inicialmente segundo as vegetações predominantes: Mata Ombrófila Montesa, Vegetação de Várzea e os Campos de Altitude;
- Ressignificar as trilhas já existentes como eixos temáticos pelos quais os visitantes podem reconhecer diferentes facetas do parque;
- Reconhecer pontos nas trilhas como postos de partida para guardas florestais e biólogos patrulhando um território de influência onde a presença antrópica seria mais intensa, assim como a utilização dessas estruturas para o compartilhamento de conhecimento;
- Estudar e agrupar os resquícios arqueológicos encontrados no parque, inserção dos mesmos em um programa educativo para os visitantes, entendendo o PEJ como um testemunho a história territorial da cidade;
- Criar uma linha de ônibus circular, gratuita e frequente, para que o parque e, principalmente, o Pico do Jaraguá possam ser acessíveis para pessoas de todas as idades, poder aquisitivo e necessidades de locomoção



## ESTRADA TURÍSTICA DO JARAGUÁ

5.280m de extensão 🚗 🚚 🚐

### PICO DO JARAGUÁ

centro de visitantes entremontes

CENTRO DE RECEPÇÃO TURÍSTICA



A Estrada Turística do Jaraguá é a mais antiga e melhor estruturada via do parque, este caminho atualmente é asfaltado, sendo a única forma de chegar ao cume com automóveis, ou seja, de fundamental importância para a maior parte dos turistas e também para a administração do PEJ.

Este plano entende que o potencial turístico do parque está intimamente relacionado com a manutenção adequada das vias, em especial a Estrada. Para democratizar ainda mais o acesso ao Pico o ônibus circular utilizará essa estrada para fazer o transporte interno de passageiros, incluindo aqueles com necessidades especiais de locomoção. A via também é importante pois é uma das demarcações do limite entre a área do parque destinada ao ecoturismo e aquela destinada à conservação, em conjunto com a Terra Indígena do Jaraguá.

Tematicamente essa via será utilizada como um contato primário com a Mata Ombrófila Montesa para turistas indo diretamente ao Pico, um contato secundário para aqueles que aproveitarem as oportunidades presentes no nível mais baixo do parque e, em quase todos os casos, a provável via de saída do PEJ.

O Centro de Recepção Turística (CRT) é o hub inicial do parque, ponto de partida de todas as vias e estruturador do programa ecoturístico do PEJ. Aqui se dá atenção ao sistema de encontro dos guias que farão os percursos, as possibilidades de interação com os pontos de interesses do tipo Vegetação de Várzea e a exposição de patrimônio, arqueologia e memória referentes à presença secular guarani, o passado de exploração mineral e as manifestações mais contemporâneas, assim como a importância paisagística do parque para toda a Região Metropolitana.

O Centro de Visitantes Entremontes (CVE) auxilia o CRT com estruturas essenciais para o acolhimento turístico para os usuários subindo ou descendo do Pico, assim como olhando os diversos mirantes ou, ainda, aproveitando das atrações e lojas presentes na Feira de Orgânicos e Artesanato do Jaraguá, aos sábados (integração com a disciplina AUP0448 - Arquitetura e Indústria).



ESTRADA TURÍSTICA DO JARAGUÁ

## TRILHA DO SILÊNCIO

600m de extensão ♿

posto avançado

CENTRO DE RECEPÇÃO TURÍSTICA



A Trilha do Silêncio é uma trilha pedonal completamente acessível para pessoas com necessidades especiais de locomoção. Com uma curta extensão, pouca variação topográfica e pouca insolação solar esta via possui uma travessia classificada como de baixo esforço.

Tematicamente esta trilha será utilizada como o principal ponto de contato dos visitantes com o domínio da Mata Ombrófila Montesa, ou seja, a maior parte da vegetação do PEJ. Ela pode ser feita com ou sem acompanhamento de um guia.

Ela termina em um Posto Avançado onde existirá uma certa base de ecoturismo com, por exemplo, viveiros de espécies nativas e invasoras para exposição, infraestrutura de atendimento ao público e, dependendo do caso, espaço para aulas à céu aberto ou pequenos acampamentos.



CASARÃO AFONSO SARDINHA



ENTRADA DA TRILHA

## TRILHA DA BICA

800m de extensão ☹️

bica do jaraguá

CENTRO DE RECEPÇÃO TURÍSTICA



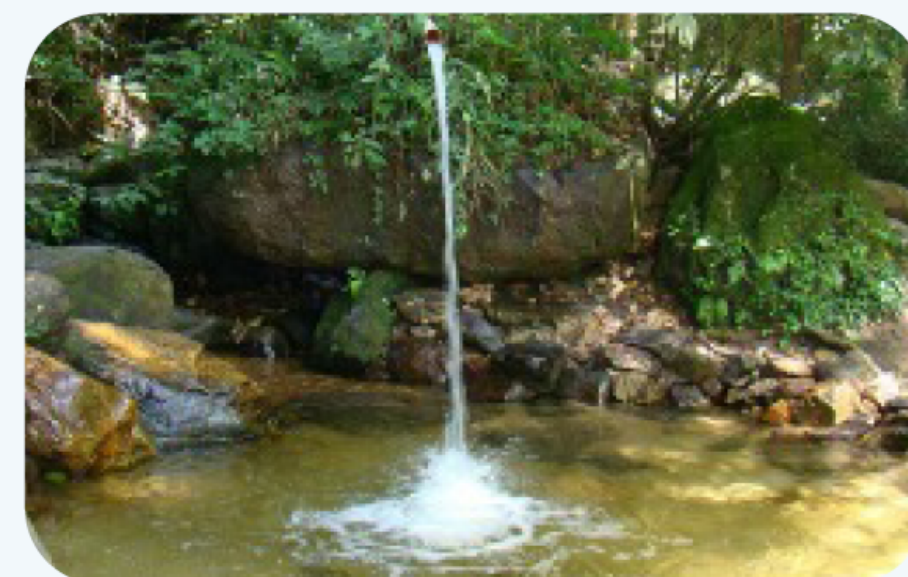
A Trilha da Bica é uma trilha pedonal de dificuldade média e acessibilidade não universal. Com uma curta extensão e relativa variação topográfica esta via é indicada para um público iniciante.

Tematicamente esta trilha será utilizada como um ponto de contato secundário dos visitantes com o domínio da Mata Ombrófila Montesa, ou seja, a maior parte da vegetação do PEJ, mas também com a Vegetação de Várzea, apresentando a importância hidrológica do parque como "divisor de águas" para toda a região noroeste da cidade de São Paulo. Esta trilha deve ser feita com acompanhamento de um guia.

Ela termina na Bica do Jaraguá, uma pequena reserva das águas vindas do Pico antes de descerem para as áreas de várzea. Aqui o guia poderá demonstrar os ciclos hidrológicos que ocorrem no parque e a biodiversidade associada a eles. Deste ponto também será possível visualizar o "espigão" do maciço, podendo fazer associações da orologia com a hidrografia, assim como os processos de erosão que afetam o parque.



TRILHA FORESTAL



BICA DO JARAGUÁ

## TRILHA DO PAI ZÉ

2.200m de extensão ☹️

### PICO DO JARAGUÁ

centro de visitantes entremontes

campos de altitude

CENTRO DE RECEPÇÃO TURÍSTICA



A Trilha do Pai Zé é uma trilha pedonal de alta dificuldade e acessibilidade não universal. Com uma longa extensão, muita variação topográfica e frequente insolação solar, esta via é indicada para um público intermediário.

Tematicamente esta trilha será utilizada como um ponto de contato secundário dos visitantes com o domínio da Mata Ombrófila Montesa, ou seja, a maior parte da vegetação do PEJ, e o contato primário com os Campos de Altitude, apresentando a importância deste domínio como um dos raros exemplos de cerrado de altitude dentro da Mata Atlântica, quase inexistente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Embora esta trilha será aberta para visitação sem guia, é fundamental garantir as infraestruturas adequadas para que a passagem turística não afete os sistemas bióticos que se desenvolvem em suas bordas já que, como será informado por interfaces ao longo do domínio, esta combinação de fauna e flora é mais sensível à degradação ambiental do que as outras presentes no parque.

Ela apresenta a melhor visualização do parque, devido à sua vegetação baixa no último quilômetro, sendo possível observar bem o perímetro do PEJ como "fronteira verde" da RMSP. A trilha termina no CVE, espaço com infraestrutura turística abrangente, e permite o acesso consequente ao Pico.



VISTA SUPERIOR DO PICO E ENTREMONTES



CAMPOS DE ALTITUDE

### Perímetros

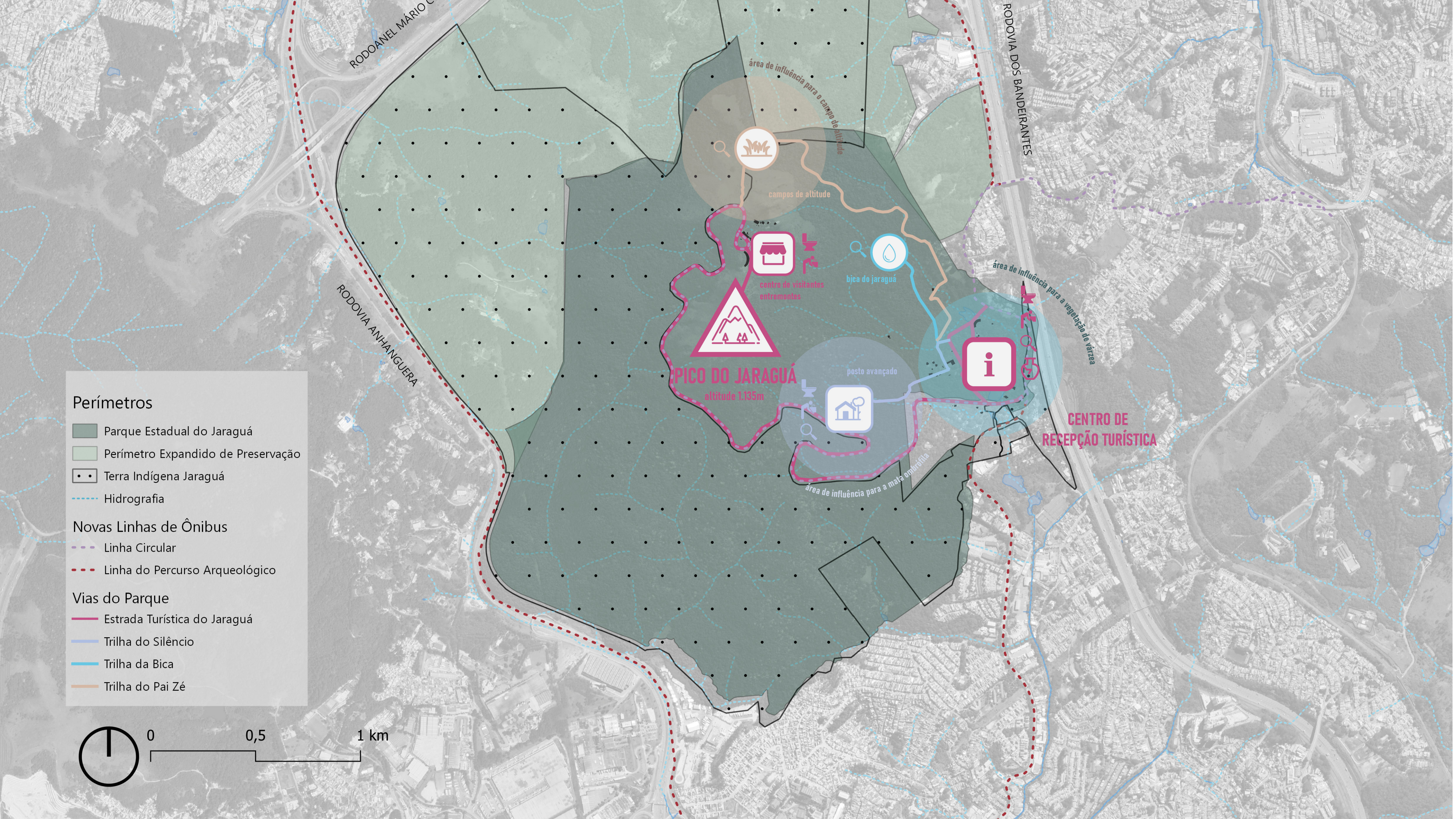
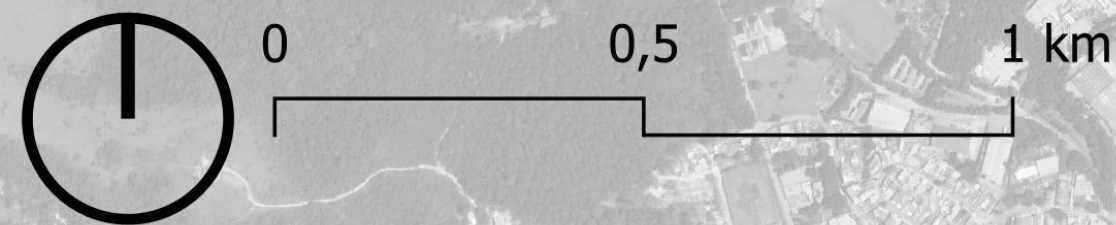
- Parque Estadual do Jaraguá
- Perímetro Expandido de Preservação
- Terra Indígena Jaraguá
- Hidrografia

### Novas Linhas de Ônibus

- Linha Circular
- Linha do Percurso Arqueológico

### Vias do Parque

- Estrada Turística do Jaraguá
- Trilha do Silêncio
- Trilha da Bica
- Trilha do Pai Zé



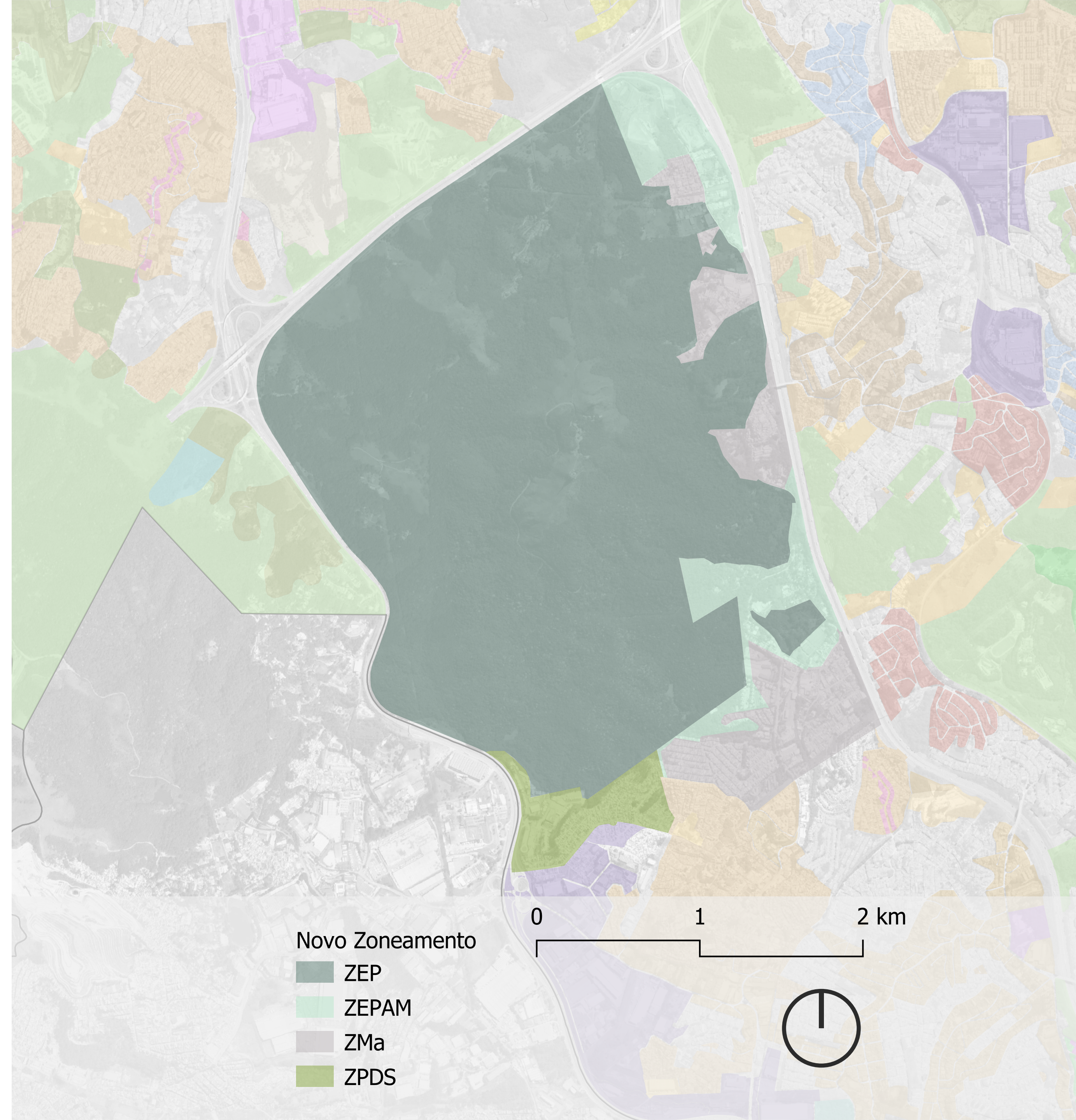
# 3.1 PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO ZONEAMENTO

O  
B  
J  
E  
T  
I  
V  
O  
S

- Garantia legal da preservação em áreas de interesse ambiental
- Ocupação sustentável em espaços próximos ao parque
- Estabelecimento de barreiras entre a urbanização consolidada e o espaço de preservação
- Limitações ao uso industrial
- Zoneamento apropriado em terras indígenas

P  
R  
O  
P  
O  
S  
T  
A  
S

- Expansão do zoneamento de ZEP (Zona Especial de Preservação) para fora dos limites atuais do parque
- Barreira com espaços de ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental) ao redor da área de preservação estrita
- Em espaços de urbanização consolidada, transformação dos espaços em ZMa (Zona Mista Ambiental), que garantem melhores padrões para ocupação
- Transformação de espaços industriais em ZPDS (Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável), que seriam ocupadas apenas por atividades sustentáveis



## 4.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

A região do Jaraguá é parte fundamental da memória paulistana em múltiplos níveis, como disposto pelos vários bem tombados (de natureza arquitetônica, ambiental, paisagística, arqueológica e cultural), monumentos, marcos e ocorrências/sítios arqueológicos. Eventos recentes como a construção do Rodoanel Mário Covas e as manifestações para a demarcação da Terra Indígena Jaraguá incrementam o debate expandindo ainda mais o intervalo temporal a ser considerado, assim como a natureza da preservação cultural para além dos moldes ocidentais hegemônicos.

D  
I  
R  
E  
T  
R  
I  
Z  
E  
S

Levantamento e salvaguarda de ocorrências memorativas de interesse coletivo, segundo as orientações de órgãos apropriados;

Expansão dos grupos, materiais, técnicas e períodos históricos oficialmente reconhecidos como patrimônio;

Formação de um sistema abrangente de proteção, leitura e compartilhamento de conhecimento arqueológico e memória coletiva a partir de infraestruturas turística

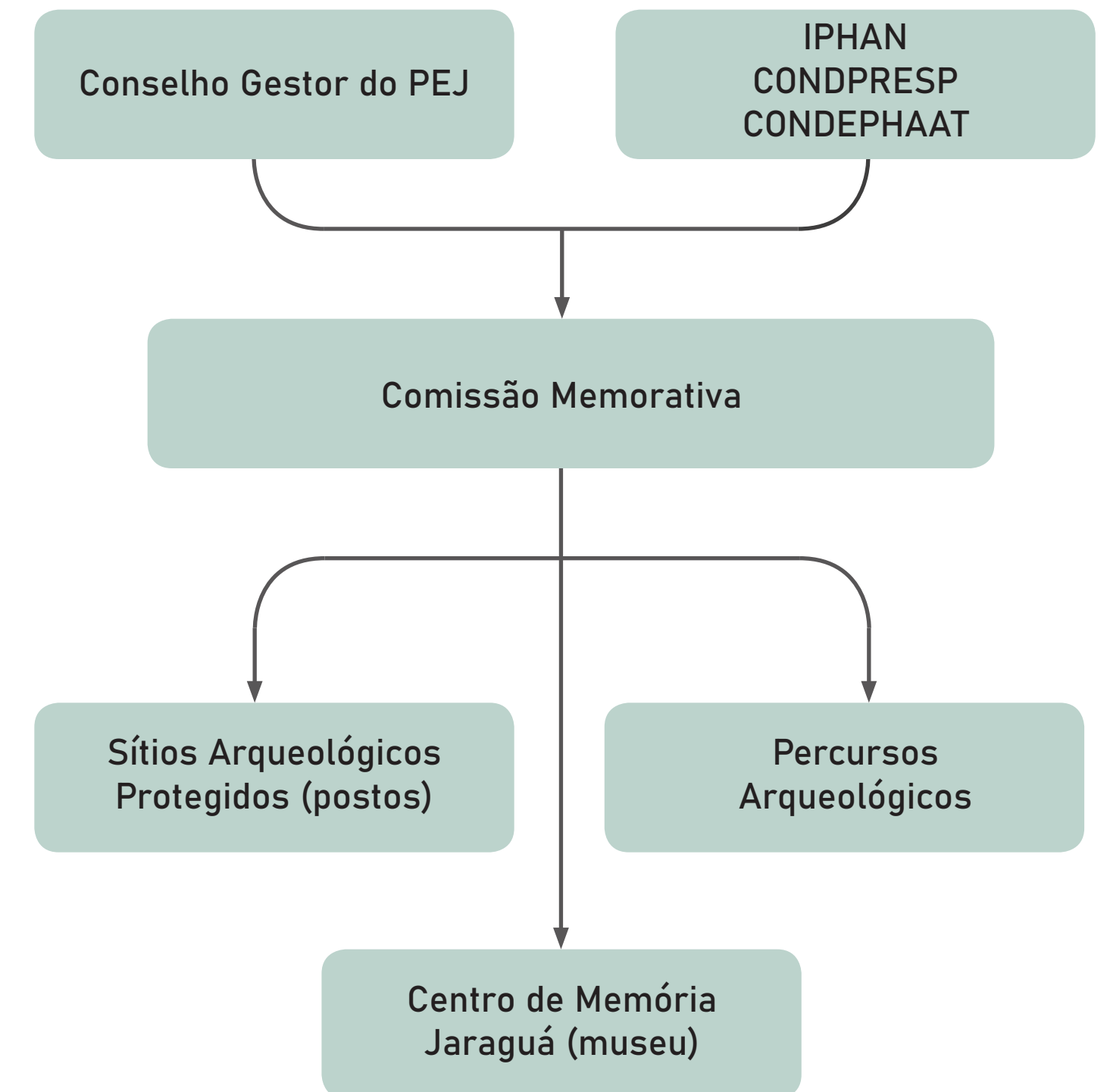
P  
R  
O  
P  
O  
S  
T  
A  
S

Continuar os inventários arqueológicos feitos nas orlas do Rodoanel como previsto no processo de criação do projeto; criar uma Comissão Memorativa dentro da gestão compartilhada do PEJ, alargando os horizontes desta discussão altamente hegemônica;

Implementar medidas de proteção aos sítios arqueológicos já encontrados, em especial aqueles próximos à urbanização consolidada, criando postos/bases/galerias para que a interface da população com a ocorrência seja feita de modo adequado;

Criar um centro semi independente que possa servir como arquivo e galeria para reunir e contextualizar os artefatos que já foram retirados do Jaraguá ou ainda aqueles que têm alto potencial de exposição;

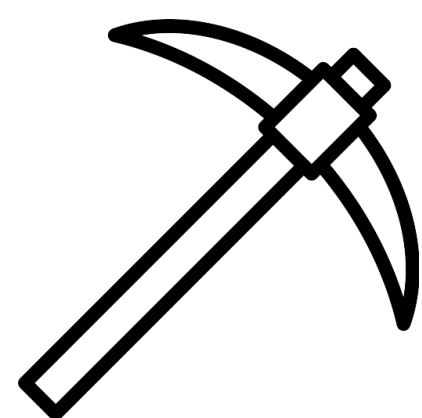
Articular estes postos com o PEJ através de uma linha turística de ônibus com guias, que pode mediar a interação do público com essa história coletiva que se constrói no território, na forma de um percurso arqueológico, disponibilizado uma vez por dia durante a semana e em maior frequência nos finais de semana





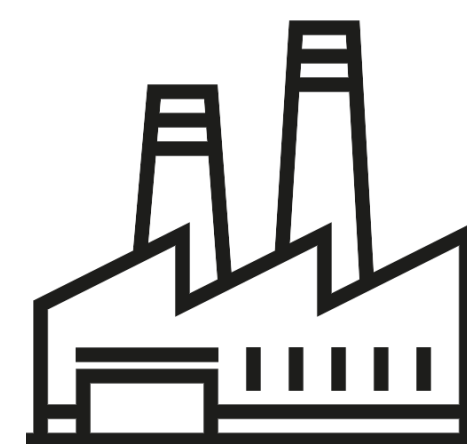
## 4.2 PERCURSO ARQUEOLÓGICO E PAISAGEM MEMORATIVA DO JARAGUÁ

A salvaguarda das ocorrências memorativas para além do tombamento de bens materiais ou imateriais é fundamental no debate preservacionista hoje. A existência de inventários, galerias, centro de memória, percursos e paisagens evocativas são novas abordagens que cada vez mais encontram espaço no Brasil para satisfazer casos diversos. No Jaraguá o tombamento de bens já foi feito em múltiplas escalas, portanto a articulação de pontos de visitação com um centro de memória, embasados por estudos e arquivos robustos, na forma de um Percurso Arqueológico dentro de uma Paisagem Memorativa pode ser uma alternativa viável para a consolidação e reconhecimento de grupos, ideologias e períodos que compõem a memória deste espaço.



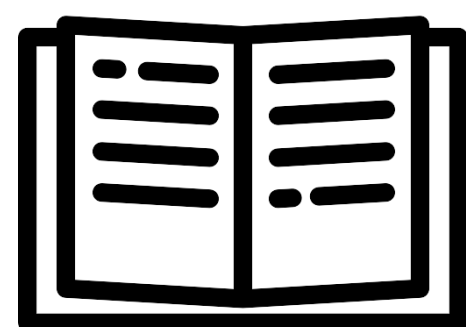
### I. CAVAS DE OURO HISTÓRICAS DO JARAGUÁ

Este complexo de mineração antigo pode ser protegido da urbanização crescente ao seu redor por uma pequena estrutura museológica, que também pode servir como interface entre o público e os objetos.



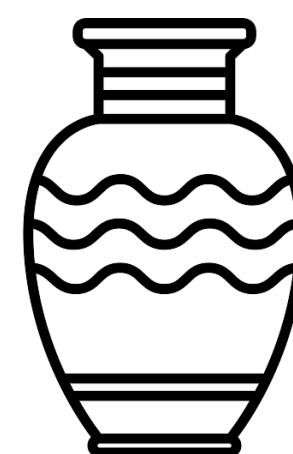
### III. FÁBRICA DE CIMENTO DE PERUS

Um grande complexo industrial conectado ao antigo sistema de rodovias revela uma das muitas camadas históricas presentes no Jaraguá. O conjunto tombado apresenta infraestrutura que pode ser aproveitada para a salvaguarda de outros bens, além do próprio entendimento deles como patrimônio.



### II. CENTRO DE MEMÓRIA JARAGUÁ

Este espaço, atualmente ocupado por uma transportadora, pode ser reaproveitado para a construção de um centro de memória que aglutine as ocorrências encontradas na região com um arquivo atualizado e uma ala de exposições com potencial turístico.



### IV. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO JARAGUÁ LESTE

Este espaço, atualmente ocupado por uma transportadora, pode ser reaproveitado para a construção de um centro de memória que aglutine as ocorrências encontradas na região com um arquivo atualizado e uma ala de exposições com potencial turístico.

### Patrimônio Cultural

#### Bens Arqueológicos

- △ Sítio Arqueológico
- ▲ Ocorrência Arqueológica
- ▨ Área Interesse Arqueológico
- Áreas Passíveis de Museificação

#### Bens Protegidos

- Monumento
- Inventário Memória Paulistana
- Bens Tombados
- Área Envolvória Conpresp
- ▨ Área Envolvória Condephaat

#### Infraestrutura

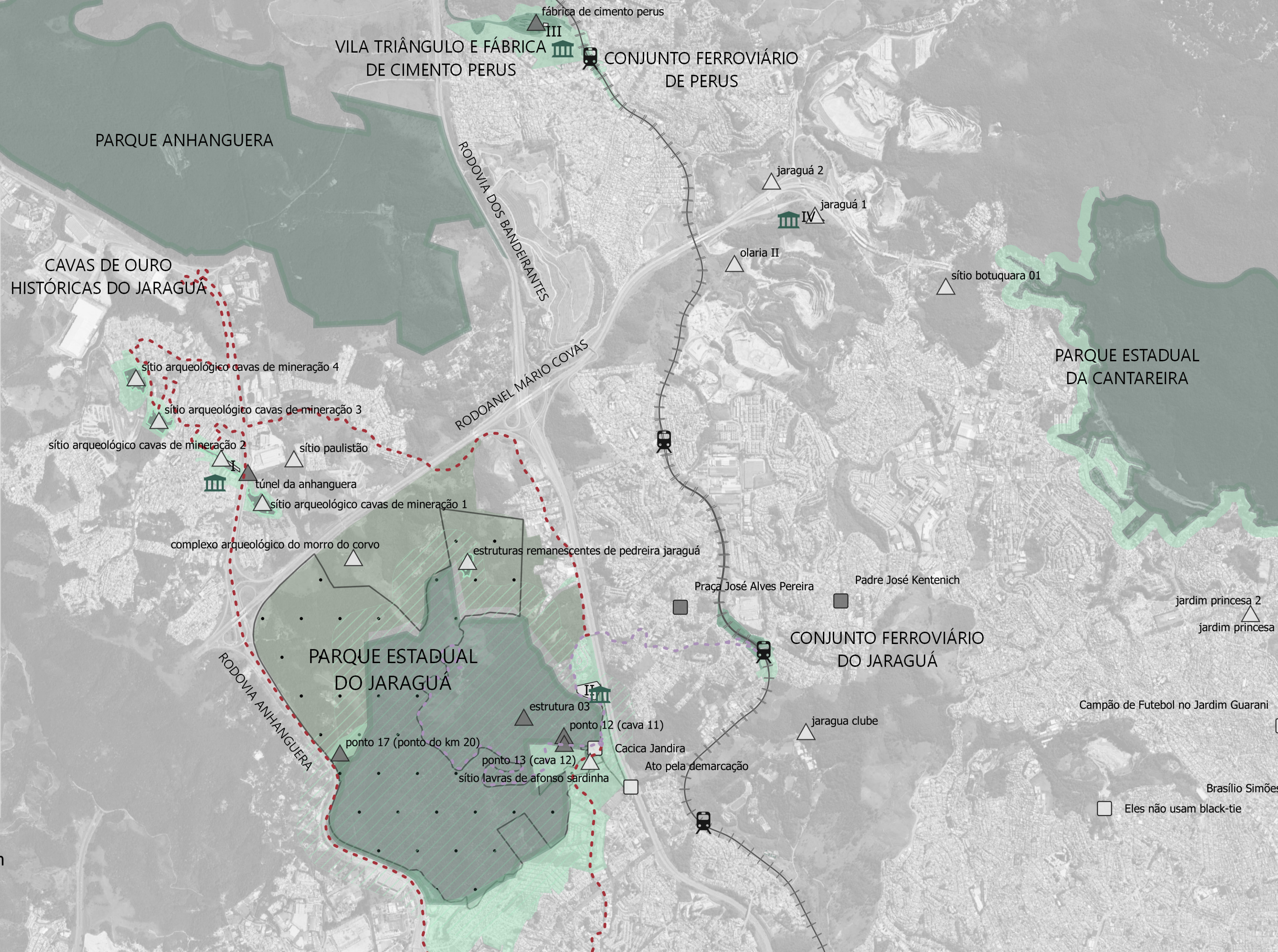
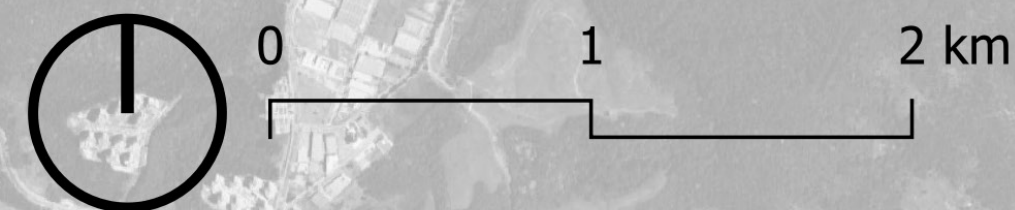
- ++ Linha Férrea
- 🚂 Estação Ferroviária

#### Novas Linhas de Ônibus

- - - Linha Circular
- - - Linha do Percurso Arqueológico

#### Demarcações

- Perímetro Expandido de Preservação
- ▨ Terra Indígena Jaraguá



## 5.1 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO

DIRETRIZES

Reconhecimento da relação entre os elementos ambientais e urbanos, reformulando suas tendências contraditórias

Incentivar a coexistência de atividades econômicas, urbanas, rurais e ambientais, com respeito e benefício mútuo

Potencializar a integração das áreas verdes

Promover a urbanização dos loteamentos irregulares, garantindo a regularização fundiária e disponibilização de moradia digna

Assegurar transparência e diálogo na promoção das políticas

Reconhecer as continuidades territoriais e garantir a uniformização de políticas nos perímetros contíguos da RMSP

PROPOSTAS

Implementação dos Corredores Ecológicos previstos no Plano Municipal da Mata Atlântica, como potencializadores da conservação e integração entre as áreas verdes

Desenvolvimento das potencialidades do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TIPC) Perus Jaraguá, enquanto território de diversidade cultural, social e ambiental e instrumento organizado pela iniciativa popular

Provisão de habitação de interesse social, associada à promoção de medidas para regularização fundiária, com o objetivo de requalificar – em termos ambientais e/ou urbanos – as áreas ocupadas irregularmente

Implementação de ações conjuntas, envolvendo órgãos ambientais, instituições públicas e participação popular, de modo a viabilizar medidas socioambientais, de urbanização associada ao respeito da preservação

### PRA ANHANGUERA-JARAGUÁ

Projeto de Reintegração Ambiental

Instrumento análogo aos Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), de sistematização de mecanismos para melhor aproveitamento do território

Demarcação de perímetro específico e objetivo estabelecido, para concentração de esforços e maior efetividade e qualidade de intervenção

Objetivos de preservação ambiental e de qualificação da experiência urbana

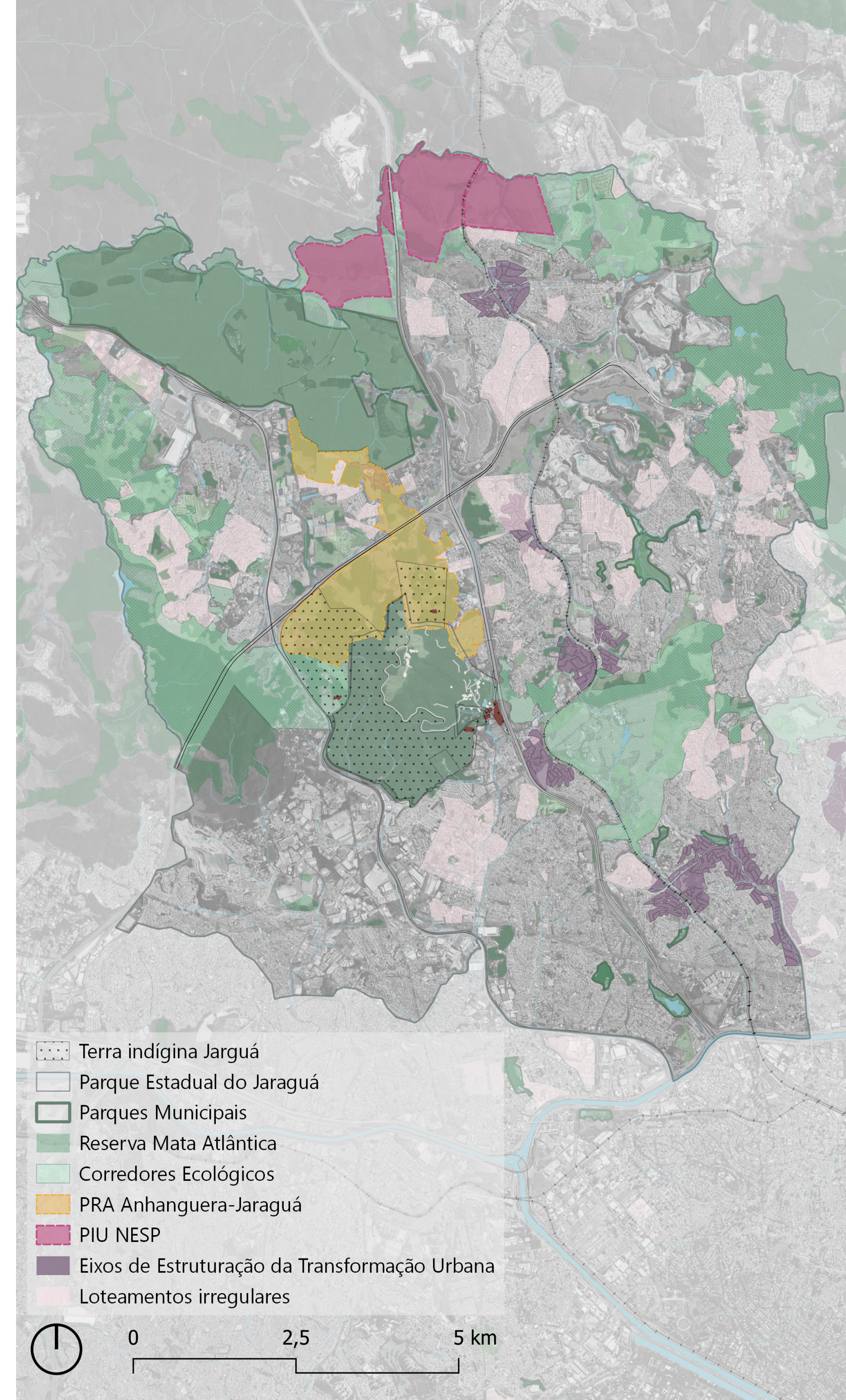
pontes verdes

conexões para pedestres e ciclistas

### LOTEAMENTOS IRREGULARES

Os loteamentos irregulares se configuram como objeto central de análise, uma vez que configuram uma negação do ideário do desenvolvimento urbano e uma ameaça às áreas de preservação ambiental, evidenciando contradições e falhas do desenho da política pública.

A ocupação de áreas de verdes, de interesse ambiental ou de perímetros que imbricam o dinamismo urbano é consequência da impossibilidade por grande parcela da população de adquirir moradia pelos mecanismos do mercado formal, representando sua única alternativa



## 5.2 PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS MACROÁREAS

Macroáreas, segundo o PDE de São Paulo (Lei 16.050/2014)

A Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável tem como diretriz impedir a expansão urbana e promover a preservação ambiental e usos sustentáveis dos recursos naturais, inclusive com atividades agrícolas e produção de alimentos.

A Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental tem como diretriz a melhoria das condições urbanísticas e ambientais

A Macroárea de Estruturação Metropolitana tem como diretriz promover transformações no espaço urbano, nas condições de uso e ocupação do solo e na base econômica de modo a desconcentrar oportunidades de emprego em direção aos bairros da periferia e de municípios metropolitanos

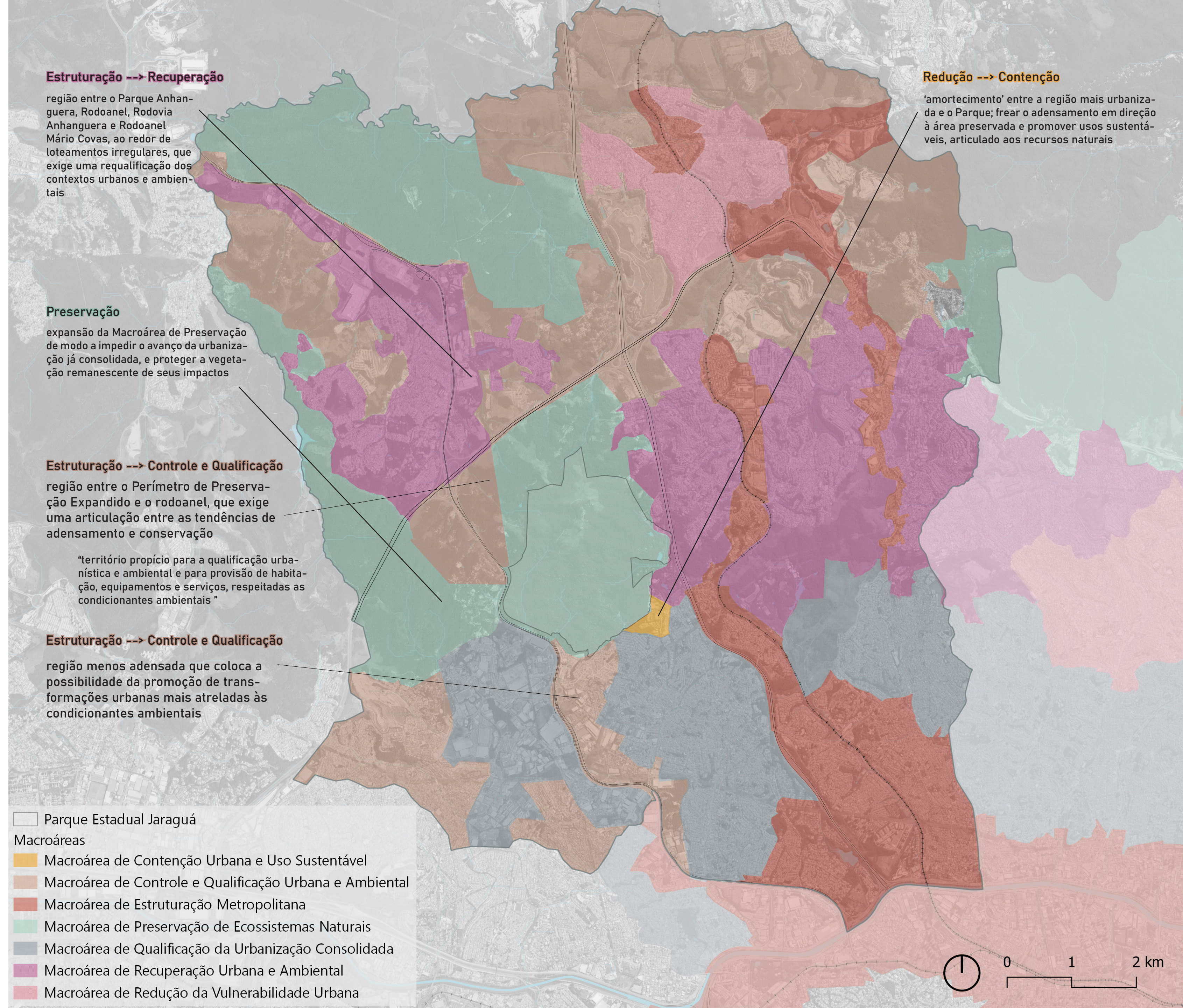
A Macroárea de Qualificação da Urbanização Consolidada tem como diretriz melhorar as condições urbanísticas e otimizar o aproveitamento das terras urbanas com boa oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

A Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais tem como diretriz a preservação integral do meio ambiente.

A Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental tem como diretriz a recuperação de áreas urbanas precárias e áreas ambientais deterioradas.

A Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana tem como diretriz a melhoria dos espaços urbanos, a redução de déficits nas ofertas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, a inclusão social e territorial de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda.

\* Aplicou-se essa organização territorial do município paulistano também à região em Osasco, em reconhecimento da articulação e continuidade dos territórios, em vista também do desenvolvimento integrado da RMSP



# 6.1 EXPANSÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MATA ATLÂNTICA

## DIRETRIZES

Preservar o remanescente de Mata Atlântica da região  
Frear o avanço do mercado imobiliário nas áreas de mata  
Possibilitar a variabilidade genética da fauna e da flora  
Diminuir o efeito de borda

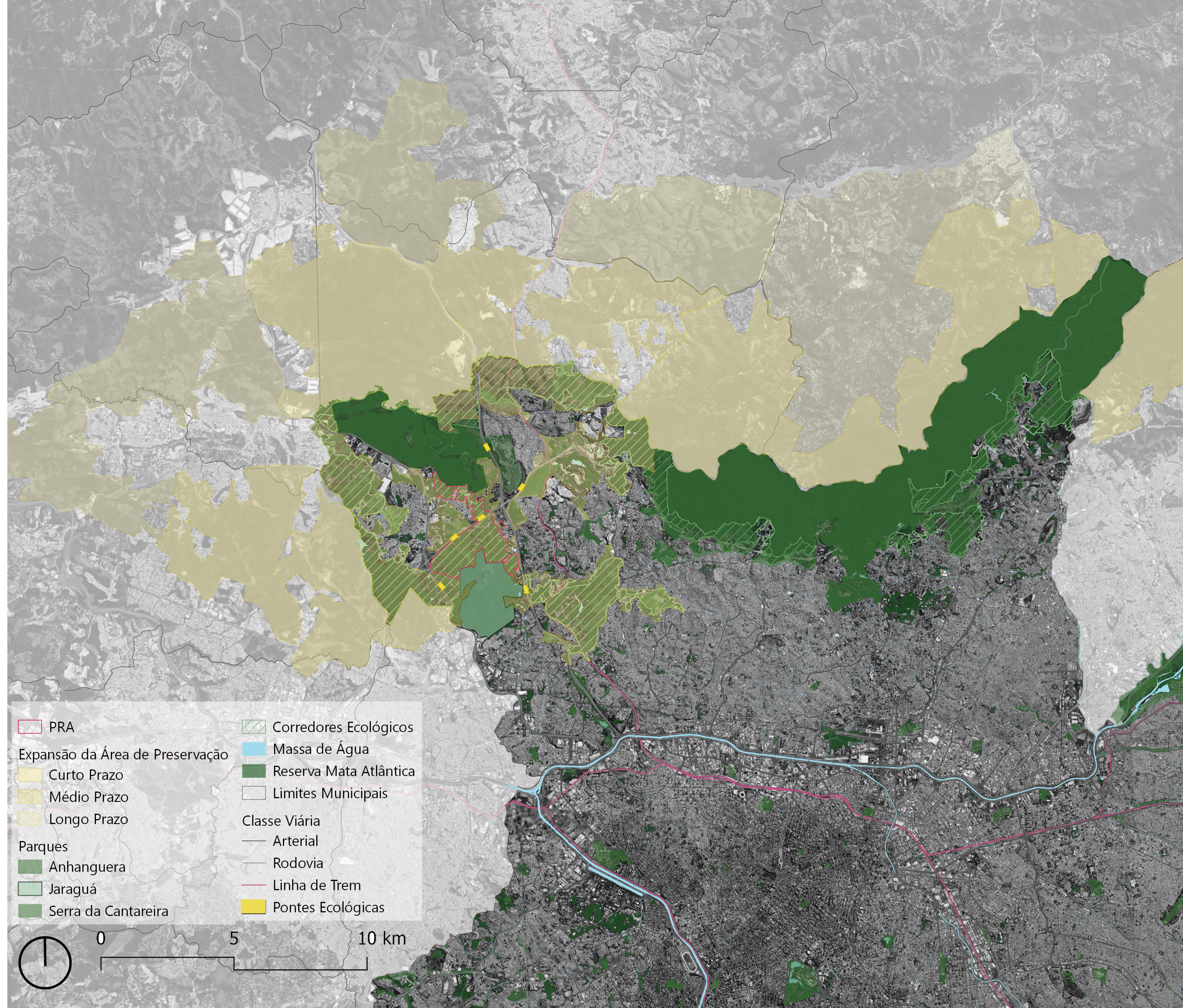
## PROPOSTAS

Expansão da área de proteção ambiental, incluindo grande parte do remanescente da Mata Atlântica, a fim de criar conexões entre as diversas áreas verdes e diminuir o efeito de borda e viabilizar o tráfego da vida selvagem pelos território.

A ampliação da zona de preservação deve ultrapassar os limites da cidade de São Paulo e acompanhar o desenho e as necessidades do ecossistema. Dessa forma, é necessária uma ação conjunta da região metropolitana de São Paulo para demarcar as áreas de proteção.

A intenção do projeto é aumentar a zona de preservação até abrigar grande parte do remanescente da Mata Atlântica da região Metropolitana de São Paulo, logo, esse processo será desenvolvido por etapas. Nesse contexto, o território mais próximo do PEJ seria a primeira fase, e, a medida que se concretiza uma nova área de proteção, se estabelece a próxima zona de expansão.

Criação de pontes ecológicas, ligando zonas de proteção ambiental separadas por grandes vias, para possibilitar a passagem dos animais e, assim, promover a variabilidade genética do bioma.



## 5.2 REFERÊNCIAS

LEYLE, John. Design for Human Ecosystems: Landscape, Land Use, and Natural Resources. Washington: Island Press, 1985.

MCHARG, Ian. Design with nature. New York: American Museum of Natural History, 1969.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. in YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, pg. 65 a 82.

METZGER, Jean Paul (2001). O que é ecologia de paisagens? Biota Neotropical. Rio Claro, v.1, n.1/2, p. 1-9. 2001. Disponível em <http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/item?thematic-review> acesso em 25/01/2005.

NASCIMENTO, Flavia Brito; SCIFONI, Simone. A Paisagem Cultural como paradigma para a proteção: a experiência do vale do Ribeira-SP. Revista CPC, n.10, p. 29-48, 2010. <http://www.revistas.usp.br/cpc>

SILVA, J. M. P., Manetti, C., & Tângari, V. (2013). Compartilhamentos e Unidades de Paisagem: Método de Leitura da Paisagem Aplicado à Linha Férrea. Paisagem E Ambiente, (31), 61-80. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i31p61-80>

## LEGISLAÇÃO

BRASIL (Federal). Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

OSASCO (Município). Lei nº 125, de 03 de Agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Osasco.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá. Resolução SMAC No 68, de 19/09/2008. São Paulo: SMA, 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto no 38.391, de 03 de Maio de 1961. Altera a nomenclatura de dependências do Serviço Florestal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.050, de 31 de Julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SMVA. Plano Municipal da Mata Atlântica. Instituído no artigo 38 da Lei da Mata Atlântica (11.428), de dezembro de 2006. São Paulo, SMVA, 2006.

\_\_\_\_\_. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Caderno de propostas Macrorregião Norte 1. In: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. São Paulo, PMSP, 2016.

\_\_\_\_\_. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Caderno de propostas Macrorregião Norte 2. In: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. São Paulo, PMSP, 2016.

\_\_\_\_\_. SUBPREFEITURA DE PERUS. Caderno de propostas Plano Regional da Subprefeitura e Perus. In: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. São Paulo, PMSP, 2016.

\_\_\_\_\_. SUBPREFEITURA DE PIRITUBA/JARAGUÁ. . Caderno de propostas Plano Regional da Subprefeitura e Pirituba/Jaraguá. In: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. São Paulo, PMSP, 2016.



obrigada!